



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

GÊNERO E CLASSE: UMA ARTICULAÇÃO ONTOLÓGICA INSUPERÁVEL DO CAPITALISMO

Dayane Silva Oliveira*
(UESB)

José Rubens Mascarenhas de Almeida**
(UESB)

RESUMO

Partindo-se do trabalho como categoria fundante do mundo dos homens, o texto aborda a articulação entre a questão da mulher e do proletariado mundial na sociedade burguesa, bem como a dupla exploração da mulher e a necessidade de superação da propriedade privada para a emancipação total da mulher e de toda a humanidade, tendo como elemento central o proletariado. Para tanto, faz-se uma leitura das obras “Abaixo a família monogâmica!” de Sergio Lessa e “Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.” de Ricardo Antunes para maior compreensão sobre a articulação ontológica entre machismo e exploração de classe na sociedade burguesa atual.

PALAVRAS CHAVE: Gênero, Classes Sociais, Divisão Sexual do Trabalho, Emancipação Humana.

* Graduada do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, partícipe do Grupo de Estudos de Ideologias e Luta de Classes – GEILC/Museu Pedagógico da UESB. E-mail: daycomuna@hotmail.com

** Orientador. Doutor em Ciências Sociais pela PUCSP; docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; coordenador do GEILC/Museu Pedagógico da UESB e pesquisador do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais). E-mail: joserubensmascarenhas@yahoo.com.br



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

INTRODUÇÃO

Aqui, tomamos a categoria trabalho – aquele ato descrito por Marx, em *O Capital*, no qual o sujeito antecipa, idealmente, a transformação que fará na natureza buscando suprir suas necessidades e, assim, se transforma no mesmo processo – como a fundante dos indivíduos e da sociedade. O trabalho, portanto, constitui-se numa nova esfera da vida social, que tem sua história marcada pelo constante afastamento das barreiras naturais, ainda que os indivíduos não deixem sua condição essencial de parte integrante da natureza.

Na história da humanidade, o trabalho assumiu formas variadas. Autores marxistas brasileiros contemporâneos, como Lessa (s.d.), abordam o trabalho numa perspectiva em que a história se divide entre o antes e o depois do surgimento da propriedade privada. O antes trata, basicamente, daquele momento da história em que o nível de desenvolvimento das forças produtivas era demasiado baixo, no sentido de que os instrumentos de trabalho e o conhecimento dos eventos naturais eram limitados a ponto de forçar os indivíduos a protegerem-se mutuamente, buscando sempre a vivência coletiva para extrair da natureza o necessário para a vida. O depois, salvo as grandes transformações no mundo do trabalho ao longo da história, é marcado pelo trabalho alienado, que emerge dialeticamente fundado na propriedade privada dos meios de produção. Lessa demonstra como o trabalho se tornou, reforçando o seu aspecto fundante do mundo dos homens, um empecilho ao desenvolvimento omnilateral²¹⁷, ou seja, objetivo e subjetivo dos indivíduos. Nesse processo, a propriedade privada, fundamento ontológico do trabalho alienado e de transformações sociais, promoveu a opressão da mulher pelo homem.

²¹⁷ Tomamos o termo no sentido de “por todos os lados ou em todas as direções”, que significa, neste contexto, o desenvolvimento completo dos indivíduos.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Com o trabalho alienado, as sociedades primitivas – nômades ou sedentárias – deixam, num processo longo, as gens e clãs, passando a se formarem como sociedades classistas, cujo trabalho de muitos passa a ser expropriado para possibilitar o desenvolvimento da sócio-material de poucos. Esse modo de produção denominado escravismo antigo – tradicionalmente estudado a partir dos grandes impérios ocidentais – condiciona a cultura, a política, a filosofia, a ideologia e arte no mundo antigo (não apenas o lado ocidental, mas – e mesmo – predominantemente o lado oriental. As transformações ocorridas no mundo do trabalho são verificadas, mesmo no período primitivo da transição entre o comunismo primitivo e o escravismo.

A análise da família, da religião e do Estado, mostra como esse condicionamento é operado na prática, sem perder de vista a articulação entre elas e entre elas e a forma de trabalho. A família e a religião organizavam a vida social partindo de princípios morais e éticos que preservavam a vida coletiva, pelas próprias condições de sobrevivência daqueles indivíduos. Com a propriedade privada e o trabalho alienado surge uma nova forma de família, de religião e Estado como instrumentos de dominação e de reprodução da propriedade privada da classe dominante.

O texto, portanto, objetiva demonstrar que as transformações no mundo do trabalho – o surgimento da propriedade privada e do trabalho alienado – possibilitaram o desenvolvimento da sociedade ao mesmo tempo em que promoveram a degradação da personalidade dos indivíduos, tendo, neste aspecto, um recorte sexual tão grave quanto o de classe e que, por isso, não podem ser tratados isoladamente.

A questão da mulher, sua dominação pelo homem, é uma questão estrutural e, assim, mesmo que a mulher readquiria direitos cerceados ao longo da história – como a entrada no mundo do trabalho assalariado do capitalismo –, continuará

tendo seu desenvolvimento omnilateral bloqueado, enquanto os problemas sociais decorrentes da existência da propriedade privada e do trabalho alienado não forem resolvidos pelo proletariado mundial. Falar da superação da subordinação da mulher, portanto, é falar de luta de classe, da superação da sociedade de classe pela luta autogestionária do proletariado internacional, é falar da revolução socialista, enfim, é falar de uma nova sociedade baseada no trabalho associado, do comunismo.

A família monogâmica como instrumento de subordinação da mulher ao homem

A família monogâmica nasce na transição para a sociedade de classe. Os laços primitivos que garantiam a sobrevivência de cada indivíduo como a condição sine qua non para a sobrevivência de todos os membros da comunidade, foram rompidos pelo modo de vida privado – o individualismo –, que caracteriza a propriedade privada. Desta forma, todas as atividades, que antes eram coletivas, passaram a ser separadas da vida social, tal qual o indivíduo que também assume uma vida privada. “É assim que a família se descola do coletivo e se constitui em núcleo privado: essa nova forma de organização de família, [...] é a família monogâmica ou família nuclear” (LESSA, s/d, p. 18).

A transição da sociedade primitiva para a de classes não se deu da mesma forma em todos os lugares, o mesmo ocorrendo com a formação da família monogâmica no mundo. Porém, existem articulações universais presentes na gênese e no desenvolvimento da família monogâmica. Entre elas, Lessa (s.d.) destaca a violência, como mecanismo de destruição das sociedades primitivas e imposição da exploração do homem pelo homem. Nesse sentido, aparece a guerra como outro complexo social importante para a conformação da família monogâmica e dos papéis que homens e mulheres passaram a exercer na

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

sociedade de classes. Os escravos advêm das guerras, e essas são, predominantemente, masculinas. A riqueza obtida pela guerra era convertida em propriedade privada da classe masculina dominante. Logo, caberá, então,

aos homens da classe dominante as atividades fundamentais para a reprodução da sociedade, acima de tudo a exploração do trabalhador. A economia, o direito, a política, a religião, a guerra, o comércio, as artes, a filosofia, a ciência, a exploração e conquista de novos territórios, etc., surgem já como atividades masculinas. A vida dos indivíduos masculinos está, na nova sociedade, diretamente articulada aos destinos coletivos; todas as "grandes questões sociais", tudo que diz respeito ao destino da classe, à história do período, estará a cargo dos indivíduos masculinos; serão, agora, tarefas que cabem "aos homens". As questões que dizem respeito à totalidade da sociedade, ao destino comum, etc., serão masculinas, – as mulheres estarão delas excluídas (LESSA, s/d, p.19).

Às mulheres caberão agora as atividades que não pesam na reprodução material da vida social, tais como a criação da prole, a preparação dos alimentos, a manutenção da moradia, etc. O provento da casa e da mulher cabe ao homem e, desta maneira, a "antiga relação consensual e igualitária é substituída por uma relação de poder. Aos indivíduos masculinos cabe o poder da propriedade privada, serão eles os maridos" (LESSA, s/d, p. 19). Novas relações sociais se erguem com a família monogâmica, aviltando a personalidade da mulher. Esse aviltamento torna-se ainda mais evidente ao passo que a propriedade privada dos homens da classe dominante se desenvolve. E exatamente por isso Lessa (s/d, p. 20). classifica esse instrumento de dominação da mulher como a "gênese de uma nova relação social, de um novo complexo social – que é fundado pela passagem do trabalho de coleta ao trabalho alienado (explorado). Em todos os casos, sem exceção".

Todos os aspectos da personalidade humana sofreram alteração com o surgimento da família monogâmica. Como diz Lessa (s/d, p. 22), "A família, tal

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

como hoje a conhecemos, não surge como resultado do amor entre indivíduos. Surge como a propriedade patriarcal de tudo o que é doméstico”. A própria prostituição, latente na sociedade de classe, era uma alternativa – ainda que hipocritamente condenada e limitada – encontrada pelas mulheres ao subjugo da família monogâmica. A transformação mais simples no relacionamento entre homens e mulheres, com o advento da família monogâmica, foi a ocorrida na relação sexual, com a passagem de uma relação livre entre pessoas autônomas para a relação entre marido e esposa ou entre “senhores e prostitutas”.

A relação entre maridos e mulheres se estabeleceu como um aspecto da moral patriarcal que ora se desenvolvia: objetivando o nascimento do herdeiro da propriedade privada do homem, a garantia de perpetuação da acumulação de riqueza da família. Segundo Lessa (s/d, p.22),

A garantia de que o filho será mesmo do marido é a virgindade da esposa – por isso cabe ao primogênito masculino a herança. A virgindade passa a ser imprescindível para a mulher destinada à esposa, com o que o desenvolvimento de sua sexualidade fica comprometido pela repressão que acompanha esta situação.

Entretanto, os homens também não escapam do caráter alienante da família monogâmica. Como relação social que é, a alienação tem um efeito bumerangue. Isto é, ao desumanizar a mulher, bloqueando o desenvolvimento de sua personalidade²¹⁸, os homens também se alienam. No caso da sexualidade, irão procurar desenvolvê-la

[...] dissociada de qualquer relação afetiva: a experiência sexual a ser adquirida entre as prostitutas implica no rebaixamento do padrão afetivo a um nível "bestial". Ele agora deverá ter iniciativa, seu "desempenho" deve corresponder a um dado padrão, ele

²¹⁸ O desenvolvimento autônomo e em todas as direções, que articula a objetividade social e a subjetividade individual.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

deverá ser dominante na relação. Na mesma proporção em que à mulher é negado o direito ao prazer, aos homens é requerida uma volúpia incontável. As mulheres, diz a ideologia patriarcal, podem viver sem sexo; os homens, jamais (LESSA, s/d, p. 22).

O nível dessa alienação que bloqueia o pleno desenvolvimento social de homens e mulheres não se dá, no entanto, no mesmo nível. Para o homem, a alienação potencializa sua realização sexual fora de um relacionamento amoroso. Inversamente, para a mulher, a alienação potencializa a negação do prazer sexual. Toda essa relação desigual entre homens e mulheres teve base na divisão sexual do trabalho. Vejamos como Lessa (s/d, p. 23-24) apreende esse processo:

Esta divisão de trabalho entre os sexos retirou a mulher da vida coletiva e a isolou no interior do lar. As suas relações sociais se limitam, agora, aos mais próximos: empregados e escravos domésticos, filhos, esposo. Sua razão de viver perdeu a sociedade por horizonte e se resumiu às relações mais imediatas, locais. A vida coletiva já não mais lhe diz respeito. A qualidade das relações sociais que as mulheres podem agora estabelecer nem de longe se compara com as dos homens. Ser masculino e ser feminino incorporam, agora, essa nova determinação: aos homens cabe pensar os grandes problemas e decidir o destino da humanidade, às mulheres está reservado o pobre horizonte de cuidar dos filhos, dos alimentos e da casa. Por essa razão, nas sociedades de classe os homens têm sido quase sempre mediações mais apropriadas do que as mulheres para as realizações que marcaram o desenvolvimento humano.

Essa relação alienada, no entanto, exigia uma resposta tanto dos dominadores quanto dos dominados. As mulheres, dessa forma, reagiram como puderam – limitadamente, é claro! – contra a degradação de sua função social, contra aquela força que lhes retirava dos espaços de desdobramentos da vida social, limitando-as às relações mais estreitas dos seus lares, reduzidas à prestação de serviços a seus maridos, os seus senhores. Segundo Lessa (s/d, p. 26),



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Uma das formas mais universais dessa resistência foi a conversão dos lares em territórios nos quais a mulher pode afirmar a sua identidade – o que, na sociedade de classe, equivale a afirmar o seu poder. O senhor deve ser recebido no "seu" lar com toda a pompa e circunstância – e, por essa mesma razão, a administração doméstica deveria ficar aos cuidados de uma esposa que, para evitar exaurir seu senhor, chama para si parte do poder patriarcal para a organização da vida familiar. O poder tirânico do provedor do lar tem sua contra-partida no poder tirânico da esposa no espaço doméstico: sobre os serviços e sobre as crianças, o poder patriarcal se afirma pela mediação da esposa.

Aquela relação igualitária e equilibrada das famílias comunais – repletas mesmo de carinho, admiração e amor – se perde completamente com a relação medo-poder da família monogâmica. Ao constranger, através do poder patriarcal mediado pela família monogâmica, o desenvolvimento da mulher e dos filhos, os maridos (e pais) não poderiam esperar como retorno carinho, admiração ou amor e sim medo e admiração ao poder por ele exercido e não à sua pessoa.

A família monogâmica, portanto, serviu – e ainda hoje serve – como instrumento de dominação da mulher (e também dos filhos, empregados etc.) pelo homem. Ela é a mediação do poder patriarcal que converte, em termos culturais e afetivos, relações sociais alienadas desenvolvidas na esfera econômica, da qual as mulheres das sociedades comunais – raras as exceções – foram expulsas.

A dupla exploração da mulher como sinônimo de liberdade

As forças produtivas materiais se desenvolveram, a forma do trabalho se modificou, mas o essencial da sociedade de classe perdurou no processo histórico. A propriedade privada, o trabalho alienado, a divisão de classe, a família monogâmica e o Estado são elementos que viram a sua forma variar, mas a



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

essência ontológica dessas categoriais continua ainda hoje regendo as relações sociais. Exatamente por isso a subordinação da mulher continua sendo uma relação hegemônica na sociedade, apesar de alguns autores afirmarem que, no capitalismo, a reintegração da mulher ao mundo do trabalho se caracterizou como a emancipação social da mulher.

É certo que a sociedade capitalista, ao revolucionar as forças produtivas, fez emergir, pela primeira vez na história, uma novidade inimaginável em modos de produção anteriores: a abundância. No entanto, o capitalismo conservou aquilo que de pior existiu nos modos de produção baseados na propriedade privada: o trabalho alienado, regido pela desigualdade, mas com aparência legal de equidade, através de uma relação contratual e do assalariamento; do Estado, que conservou sua essência de instrumento repressor da classe trabalhadora, de protetor e reproduzidor da propriedade privada; e da família monogâmica, mediadora do poder opressor dos homens através da força, da moral e da ideologia patriarcal.

Imbuída de uma contradição social estruturalmente arraigada em sua essência, a sociedade capitalista é aquela que mais se adequou à expropriação da força de trabalho de muitos por poucos, de uma classe por outra. É na sociedade capitalista que a alienação se apresenta em sua forma mais pura e mais sofisticada. A ideologia patriarcal teve que passar por um grau de sofisticação para que pudesse atingir, da forma mais eficaz, a classe trabalhadora explorada. Em suma, a contradição social de classe se aprofundou na sociedade capitalista, a exploração dos trabalhadores se aprofundou, o capital passou a absorver até mesmo a força de trabalho feminina e infantil, em um nível de exploração ainda maior que aquela sofrida pelos homens trabalhadores, devido à ideologia patriarcal que arregimenta a sociedade burguesa.

Antunes (1999) aponta algumas questões necessárias ao entendimento da estreita relação entre classe e gênero. No mundo do trabalho, os ramos onde há

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

maior desenvolvimento tecnológico são destinados aos homens, enquanto o trabalho feminino está alocado em setores de maior intensificação da exploração do trabalho, tanto em países onde há maior nível de desenvolvimento das forças produtivas, como nas periferias. Antunes afirma que, dentro do espaço fabril, “geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares [...], são destinadas às mulheres trabalhadoras” (ANTUNES, 1999, p.105-106).

Essa articulação entre a questão da mulher e a luta entre as classes sociais se mostra ainda mais cruel quando se verifica a dupla jornada de trabalho por elas exercida cotidianamente. Sobre isso Antunes assevera que,

[...] ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não-diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem essa esfera da reprodução não-diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, senão inviabilizadas.

Além disso, o capitalismo se apropria também, do que o autor denomina “polivalência e multiatividade” do trabalho feminino, do conhecimento prévio que as mulheres tendem a trazer do serviço doméstico. Essa relação está fundamentada pela “construção social sexuada”, onde as mulheres e os homens são, desde crianças, qualificados de forma diferenciada, seja pela escola ou pela família monogâmica burguesa, o que ao longo de suas vidas, passa a justificar e



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

reproduzir aquilo que é tão bem disseminado ideologicamente pelo capital – a divisão sexual do trabalho.

Exatamente por isso, vale ressaltar, as mulheres foram inseridas no processo produtivo tal qual os homens trabalhadores, ou seja, embora existam diferenças salariais entre os sexos, ambos estão condenados à condição de trabalhadores assalariados. Nesse aspecto, nenhuma revolução sexual conquistada pelas mulheres foi dirigida pelas mulheres na história até os dias atuais. Mais ainda, a única revolução sexual que aconteceu na história foi aquela que jogou sobre as mulheres o peso de sua subordinação aos homens.

Antunes aponta que o percentual de remuneração das mulheres “é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino” (ANTUNES, 1999, p. 105). As condições de trabalho e os direitos trabalhistas da mulher também são diminutos em relação ao dos homens. No entanto, comparado à condição da mulher em sociedades anteriores, esse ingresso da mulher no mercado de trabalho capitalista representou um avanço, mas nunca uma revolução sexual ou uma emancipação, ainda que parcial, da mulher.

CONCLUSÕES

A questão da mulher, diante de tudo o que vimos, não pode ser posta apenas como uma questão parcial que deve ser deixada de lado diante dos conflitos de classe. Da mesma forma, não deve ser absolutizada como uma questão que por si só deve ser tratada. A subordinação da mulher ao homem é uma questão estrutural, intimamente ligada à exploração da classe trabalhadora e, por isso, deve ser tratada de forma articulada.

O surgimento da família monogâmica, impulsionada pelo surgimento da propriedade privada e do trabalho alienado, de fato se configura como a fonte da



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

subordinação da mulher na sociedade de classe – até porque antes da sociedade de classe, as relações entre homens e mulheres eram calcadas na igualdade, solidariedade etc.

Exatamente por esse aspecto ontológico fundamental, a revolução socialista não pode ser vitoriosa se não acabar com a família monogâmica e toda concepção político-ideológica patriarcal. Lutar contra a família monogâmica tem o mesmo peso que lutar contra o Estado burguês, contra a exploração do trabalho e a divisão da sociedade em classes diametralmente opostas.

REFERÊNCIAS

- LESSA, Sergio. **Abaixo a família monogâmica!** s/d, (No prelo).
ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.